6.º Ficam revogados todos os anteriores despachos cujo conteúdo colida com o disposto no presente despacho.

Presidência do Conselho, 25 de Maio de 1970. — O Ministro da Defesa Nacional, *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

SECRETARIA DE ESTADO DA AERONAUTICA

Decreto-Lei n.º 260/70

Considerando que a situação do pessoal da Força Aérea colocado na Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, perfeitamente análoga à do pessoal colocado nas 2.ª e 3.ª Regiões Aéreas, não foi contemplada no artigo 7.º, § 3.º, alínea b), do Decreto-Lei n.º 41 492, de 31 de Dezembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. A redacção da alínea b) do § 3.º do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 41 492, de 31 de Dezembro de 1957, passa a ser a seguinte:

Art. 7.º
§ 3.º

b) Esteja colocado nas 2.ª e 3.ª Regiões Aéreas e na Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Horácio José de Sá Viana Rebelo*.

Promulgado em 3 de Junho de 1970.

Publique-se.

Presidência da República, 11 de Junho de 1970. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Justiça, por despacho de 21 de Maio corrente, autorizou, nos termos do § único do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 42 947, de 27 de Abril de 1960, e artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 49 232, de 11 de Setembro de 1969, a seguinte transferência:

CAPITULO 4.º

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Do artigo 161.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» — 6 750\$00

Para o artigo 185.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

N.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei» + 6 750\$00

4.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 26 de Maio de 1970. — O Chefe da Repartição, *Darwin de Vasconcelos*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Políticos

Repartição dos Organismos Políticos Internacionais

Aviso

Por ordem superior se torna público que os Governos da Áustria e do Salvador, em 19 de Fevereiro de 1970, e das Maldivas, em 3 de Abril de 1970, depositaram junto do Governo dos Estados Unidos da América os respectivos instrumentos de ratificação do Acordo sobre Salvamento de Astronautas, Regresso de Astronautas e Recuperação de Objectos Lançados no Espaço Exterior.

Direcção-Geral dos Negócios Políticos, 18 de Maio de 1970. — O Director-Geral, *J. Caldeira Coelho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Justiça

Decreto n.º 261/70

As crescentes necessidades de pessoal qualificado nas funções de investigação dos diversos delitos determinou a revisão das categorias que vinham tradicionalmente sendo atribuídas aos seus agentes.

Tendo, porém, ocorrido essa revisão em sucessivas reformas parcelares dos diversos serviços, há agora que completá-la abrangendo o pessoal da Polícia Judiciária do ultramar, de modo a salvaguardar entre todos os quadros dos serviços públicos a margem de justiça distributiva que se impõe.

Há, por outro lado, necessidade de definir a competência das subinspecções e permitir, como termo da carreira no quadro de investigação, a promoção a inspector dos subinspectores que se distinguirem através de uma longa carreira, inovação que nos aproxima da orgânica das polícias judiciárias estrangeiras mais aperfeiçoadas.

Entendeu-se oportuno, por último, criar a inspecção do Huambo e vários outros lugares nas directorias, de acordo com as propostas feitas nesse sentido pelas respectivas províncias.

Nestes termos, ouvido o Conselho Ultramarino e por motivo de urgência:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Os funcionários da Polícia Judiciária do ultramar passam a ter as seguintes categorias, a que se referem os artigos 90.º e 91.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino:

	Letras
Subinspectores	I
Chefes de brigada	J
Agentes de 1.ª classe	L
Agentes de 2.ª classe	M
Fotógrafos-mensuradores	N
Agentes auxiliares de 1.ª classe	O
Enfermeiros auxiliares de 1.ª classe	Q

Art. 2.º Poderão ser promovidos a inspector, como distinção e categoria máxima da sua carreira, os subinspectores com mais de cinco anos na categoria no ultramar, classificados de *Muito bom* e com o mínimo de vinte anos de carreira policial.